

PREOCUPAÇÕES DA CIDADE “MODERNA”: CUIDADOS COM A SAÚDE PÚBLICA E OS MORTOS.

Autor: Me Luiz Carlos dos Santos¹

E-mail: luizcarlo09@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo estudar a cidade de Alagoa Nova no tocante aos cuidados com a saúde pública e com os mortos da cidade. Partimos do contexto da década de 1940, mais precisamente do ano de 1949, data em que foi elaborado o Código de Postura Municipal para Alagoa Nova. Tomamos o código como fonte, um documento oficial, acolhido na forma de lei municipal que pretendia organizar a vida dos moradores desta cidade. Trata-se de determinações que permitiam aos gestores organizar a vida cidadina no sentido de manter um ordenamento em vários setores tidos como indispensáveis ao próprio viver urbano. Fazendo uso da metodologia em História oral saímos à caça de relatos de memórias que exprimissem leituras possíveis acerca das mudanças que a cidade passou. Neste exercício atentamos para Certeau (1994), quando este chama a atenção para os usos da memória e a ocasião da fala, onde esta, a memória, “continua escondida (não tem lugar que se possa precisar), até o instante em que se revela no ‘momento oportuno’ de maneira ainda temporal embora contraria ao ato de se refugiar na duração, o resplendor dessa memória brilha na ocasião”. (CERTEAU, 1994, P.158).

De acordo com Sabina Loriga, a memória, assim como a história, visa representar o passado. Uma representação que se dá por conta de que o sujeito se lembra, muitas vezes influenciado por interesses de outros que ajudam o ato da rememoração e dessa forma tem-se a possibilidade de obter a memória positiva, como defende Ricouer, mesmo que atento aos abusos da memória que podem ser obstruída por conta da evocação dos distúrbios, das manipulações premeditadas do passado e da idéia de uma memória obrigatória.

“De maneiras diferentes, essas três formas de abuso evidenciam a vulnerabilidade fundamental da memória: ora, a relação fundamental da história com a violência impregna a memória coletiva de feridas simbólicas que reclamam curas legítimas.

¹ O autor é Mestre em História na linha de pesquisa Cultura e Cidades pela UFCG.

Memória demais aqui, memória de menos ali tangem à compulsão de repetição. As duas sofrem do mesmo déficit de crítica. É nessa perspectiva que Ricouer opõe ao “dever de memória” o “trabalho de memória”, um conceito desprovido de qualquer declinação imperativa, que implica um trabalho de luto “penosamente libertador”: no horizonte desse trabalho, perfila-se justamente uma “memória positiva”. (LORIGA, 2009).

O estudo aqui proposto não toma unicamente a oralidade como fonte, também fazemos uso de fontes impressas que nos permite fazer uma leitura de como era a cidade de Alagoa Nova. Enfim, fontes que nos permitirão, numa perspectiva de História Cultural, verificar as práticas de representações alagoa-novenses no tocante a aspectos tradicionais e ou modernos.

“A história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos, quando eles existem; e, até mesmo, na sua falta, ela pode e deve fazer-se. A partir de tudo o que a engenhosidade do historiador pode lançar mão para fabricar seu mel, na falta de flores usuais.” “A partir de tudo o que, pertencente ao homem, depende e está a serviço do homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, as preferências e as maneiras de ser do homem.” (FEBVRE, 1953, p.428)

De acordo com Antoine Prost a questão do historiador não é ingênua, questionamos por que existe uma idéia do que pretendemos escrever e dessa forma as fontes são essenciais para que a nossa pesquisa possa ter um fundamento. Portanto, “o próprio documento não existe antes que intervenha a curiosidade do historiador”. (PROST, 1933, p. 77).

Nesse contexto, partimos do pressuposto de que surgia na cidade uma preocupação com relação à saúde pública e que, apesar de se fazer necessário algumas mudanças, muitas práticas antigas vão permanecer não só pela falta de estrutura, mas pela resistência de alguns moradores em manter viva a sua crença em determinadas práticas. A Cidade tinha que parecer limpa e educada para se enquadrar nos padrões de uma cidade moderna. Assim os moradores passavam a ser vigiados nos simples gestos que pudessem fugir ao controle social, isso não significa que os moradores passaram a seguir rigorosamente o que era previsto no código de postura. Logo, não há dúvidas de que existia uma

preocupação com relação à condução dos mortos, desde a residência do morto ao cemitério local.

O objetivo é fazer com que se entenda que é nestes espaços da cidade que a vida humana se desenvolve de forma mais intensa e é mapeada, inquirida, esmiuçada e profusamente registradas pelas mais diferentes disciplinas, sendo a História apenas uma delas.

O ano é o de 1949. Na data referida foi elaborado o Código de Postura Municipal da cidade de Alagoa Nova. De acordo com o Art. 142 deste código, o mesmo entraria em vigor, na data de sua publicação no órgão Oficial do Estado.

O código no seu art. 1º estabelece: “o Município de Alagoa Nova, do Estado da Paraíba do Norte, que tem por sede a cidade do mesmo nome, reger-se-á por este código e as leis que adotar, nos limites de sua competência, obedecendo aos preceitos da Constituição da República do Estado, a Lei Orgânica dos Municípios e as Leis Federais e Estaduais”.² O código é um documento não muito extenso, mas se torna numa lei municipal por onde os moradores desta cidade deveriam se orientar. Trata-se de determinações que permitem aos gestores uma tentativa de organização da cidade no sentido de manter um ordenamento em vários setores indispensáveis ao bem comum.

Neste código é possível encontrarmos leis que tratavam, por exemplo, do ordenamento urbano. Ainda é possível encontrarmos leis que proibiram determinadas ações dos moradores assim como também aquelas que puniam aos que fugiam dos padrões morais e éticos. Assim, a lei dispensava cuidados relacionados, à saúde e higiene pública, à segurança e tranquilidade pública, da ofensa moral e aos bons costumes, das conveniências urbanas e outros.

Surgia na cidade uma preocupação com relação à saúde pública e dessa forma o tratamento com os mortos deveria seguir a determinações que viessem a ter cuidado com a condução dos mortos que, apesar de se fazer necessário algumas mudanças, muitas práticas antigas vão permanecer não só pela falta de estrutura, mas pela resistência de alguns moradores em manter viva a sua crença em determinadas práticas, a exemplo dos cuidados com as doenças os doentes e os mortos. Percebemos que, a partir dos discursos médicos,

² Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

outros discursos sobre o social foram influenciados e que esse pensamento médico passou a orientar algumas práticas urbanas. Portanto, o saber médico através do discurso médico se tenta explicar e ao mesmo tempo tratar dos males que assolam o organismo humano, mas também os da sociedade, dessa forma a organização do espaço urbano transforma-se em função do discurso médico higienista.

De acordo com Maria Clélia, a cidade passa a ser tratada como um corpo humano. Comparando a cidade com o corpo humano é preciso que a mesma tenha os cuidados necessários para que possa se manter viva, é preciso cuidar de cada órgão, ou seja, de cada artéria principal para que se possam fazer os diagnósticos para perceber os males que destroem a cidade. É preciso cuidar da cidade como quem cuida do corpo, às vezes é preciso realizar cirurgias radicais para que, aquilo que é denominado de mal, seja extirpado. Mas assim como o corpo humano, em muitos casos o que é chamado de mal já tem tomado conta de outras partes do corpo e, sendo assim, os problemas acabam se deslocando de um lugar para o outro.³ Os discursos higienistas foram essenciais para que muitas cidades do Brasil no início do século XX pudessem passar por inúmeras transformações. No final do século XIX, por exemplo, instaurou-se no Rio de Janeiro, uma verdadeira operação de guerra contra os cortiços cariocas, o exemplo maior dessa guerra foi a investida ao Cabeça de porco, um dos maiores cortiços carioca. Foi criado todo um conjunto de aparatos com base nas autoridades higienistas para por fim ao mal indesejado. Fazendo uma alusão à mitologia grega o Cabeça de Porco era a cabeça da medusa, deveria ser cortada. Era preciso purificar a cidade da imundice, era o local dos indesejados, da classe perigosa.

Em meio a isso tudo podemos presenciar essa preocupação que passa a fazer parte da realidade alagoanovense, o cuidado com os doentes e o cuidado com os mortos era essencial na cidade que deveria comungar com as mudanças recorrentes na época. Cidade que pretendia ser moderna à época tinha que parecer cidade limpa e educada, os moradores desta passavam a ser vigiados nos simples gestos que pudessem fugir ao controle social. Existia uma preocupação em manter a ordem e foram criados recursos com vistas a mudanças importantes. Um exemplo dessa preocupação foi que já no ano de 1936 houve a preocupação em construir um mictório público, entendemos assim que existia uma preocupação com a

³ Costa, 2002.

limpeza pública, um cuidado com a higiene, uma postura moderna, um cuidado em se ter um ambiente limpo e longe do mau cheiro que exalava das urinas que eram feitas pelas redondezas das ruas centrais de Alagoa Nova, algo muito feio para uma cidade que buscava mudar o seu aspecto e os seus maus costumes. A fedentina nas proximidades das ruas era inconcebível, as pessoas não agüentavam o mau cheiro, portanto cabia aos representantes fazer com que esse mal não mais se fizesse presente nas proximidades do centro urbano. Uma espécie de pedagogia dos sentidos em termos dos odores aceitos por certos narizes sensíveis⁴.

A construção de um mictório se tornava importante, pois era a perspectiva dos gestores de manter a cidade limpa com base em discursos higienistas que pairavam sobre a sociedade. Esses discursos tão importantes fizeram com que se pensasse em limpeza pública, logo era anti-higiênico, para não falar em comportamento anti-social, pessoas urinarem nas ruas, e para que a cidade não permanecesse com essa falta de higiene, de acordo com o projeto do vereador Valdevino, foi aprovada a construção do mictório público.

A construção do mictório não impediu que as pessoas continuassem a urinar nas redondezas das ruas centrais, contribuindo para que se exalasse uma fedentina inconcebível. Quando das noites de festas esse fedor aumentava por conta da quantidade maior de pessoas que freqüentavam as ruas centrais.

A Senhora Josefa Deodata afirma que mesmo na década de 1950 essa prática de urinar nas pontas de rua ainda permanecia

Quando tinha festa, era muita gente na rua. Principalmente quando era festa da padroeira, no São João e as festas de fim de ano. Essas eram as melhores festas da cidade, ai viu né, muita gente e pouco banheiro, só tinha um banheirinho no mercado velho, ai muita gente fazia nos becos mesmo, amanhecia aquele fedor. (Entrevista realizada no mês de janeiro de 2012).

Como vimos, a cidade vinha passando por transformações importantes. Mas o importante é perceber que a partir do ano de 1949 com o Código de Posturas, algumas

⁴ No trabalho de Alain Corbin podemos ver que a partir da segunda metade do século XVIII, acontece uma revolução olfativa. Os cheiros passam a ser analisados e os maus odores que aparentemente eram tolerados, passam a ser classificados como insuportáveis. Esse mau cheiro é considerado o causador da proliferação das doenças e dessa forma surge uma preocupação de desodorizar e limpar as cidades. (CORBIN, 1987).

exigências começaram a ser colocadas em funcionamento. Os cuidados com as doenças graves foram intensificados e muito mais cobrados pela exigência da lei aprovada naquele ano. Todavia como queriam as autoridades, era difícil colocar na cabeça das pessoas que era preciso mudar alguns aspectos na vida cotidiana e algumas práticas permaneciam, era preciso mudar alguns hábitos para que se pudesse manter um melhor controle sobre as causas de inúmeras doenças agravantes na cidade.

O discurso das autoridades de plantão não significava que as pessoas mudariam seus hábitos de uma hora para outra só porque existia agora um conjunto de normas que eles deveriam seguir. Com exceção da artéria central, que já tinha um aspecto mais organizado, nas ruas periféricas era possível ver a desorganização. Falta de iluminação, o lixo sendo jogado nas pontas das ruas, sem falar que os quintais das casas eram lugares utilizados para as criações de porcos, galinhas e outros.

Em meio a isso tudo, ainda podemos presenciar outra preocupação que passa a fazer parte da realidade alagoanovense, o cuidado com os mortos, que passariam a ter um novo tipo de tratamento no sentido da sua locomoção até o cemitério. Não era mais concebível a prática antiga dos enterros, a exemplo do que acontecia nos séculos anteriores onde as pessoas acreditavam que os enterros nas igrejas era garantia de uma proximidade do céu, mas como sabemos o espaço era pequeno e nem todos tinham garantia de serem enterrados nas igrejas. Portanto só os “melhores”, ou seja, os mais favorecidos tinham essa garantia de serem enterrados nas igrejas, no entanto será que tinham uma garantia da eternidade.

Mas com o passar do tempo a mentalidade em torno da morte foi mudando e no século XIX, por exemplo, com o avanço do individualismo e do pensamento racional passaria a ter uma forma diferente de pensar a morte, se antes praticamente não existia uma separação entre vida e morte, neste século se acentua uma separação entre estes dois planos. É nesse contexto que se acentua a construção dos cemitérios.

Mas a construção de cemitérios não agrada a todos, para alguns se via perder a possibilidade de uma passagem tranquila para outro plano e via com indiferença a construção dos cemitérios, pois para eles a idéia de salvação estava ligada ao local de sepultamento, no caso as igrejas. Mas essa prática estava ameaçada e conseqüentemente enterrar pessoas nas

igrejas era algo que em questão de pouco tempo já não mais seria concebível, principalmente porque circulava naquela época a visão de sanitaristas que colocavam em questão essa prática. Eram muitos os problemas que as cidades passavam, o aspecto sanitário era um deles, a precariedade nos hospitais, a falta de cemitérios, e os enterros e outros.

A construção de cemitérios no século XIX era uma preocupação que estava na ordem do dia e os gestores da higiene e da salubridade pública tiveram que medicalizar as cidades para que fosse possível uma remodelação do espaço urbano. Na cidade de Alagoa Nova o Cemitério São Miguel foi construído no ano de 1855. Um Cemitério edificado por empenho do padre Ibiapina⁵ quando de passagem pela vila, o mesmo também se empenhou na construção do primeiro hospital da cidade, que logo depois foi transformado na Casa de Caridade, que havia sido inaugurada no ano de 1862. O cemitério foi construído em uma área afastada do centro urbano de Alagoa Nova, mas com o tempo a cidade foi crescendo e o mesmo foi sendo engolido pela cidade. Hoje fica dentro do perímetro urbano e já é alvo de críticas pelas autoridades de plantão, por ser pequeno e não mais comportar a quantidade de enterros que ocorrem na cidade. Muitos moradores locais já reclamam da falta de espaço e da falta de respeito e cuidado por parte daqueles que administram o cemitério, é comum enterrarem mortos na cova de recém enterrados e isso vem causando um constrangimento a algumas famílias alagoanovenses.

Levando em conta as mudanças que aconteciam na cidade percebemos que já no século XX passou a existir uma preocupação com a condução dos mortos. Os mortos passariam a ter um novo tipo de tratamento no sentido da sua locomoção até o cemitério. Na cidade era muito comum carregar o morto em redes, isso foi uma prática que perdurou durante anos, o defunto na rede pendurada por um pau de um lado ao outro e as pessoas a acompanhar o cortejo e rezando pelo defunto até chegar ao cemitério São Miguel.

Neste local ainda nesta época aparentemente grande eram enterrados os alagoanovenses, pessoas pobres e ricas, sem distinção de classe, cor ou raça este era o endereço certo de muitos alagoanovenses quando morriam. A diferença se dava na forma como eles

⁵ Foi chamado para pregar na vila de Alagoa Nova e achando ali a pobreza enferma estava em abandono, falou ao povo sobre a vantagem de fazer-se ali um hospital para refrigério dos pobres enfermos que viviam desprezados dos humanos. Pôs mãos à obra e concluiu-a com cômodos para enfermos de ambos os sexos, tendo por enfermeiras almas piedosas que ele atraía das vaidades do século para o caminho da virtude. (CARVALHO, 2008, p. 44)

eram enterrados e como eram conduzidos até ao cemitério. Os mais pobres ficavam em uma cova comum enquanto que os mais ricos tinham os seus mausoléus e suas catacumbas que também passaria por um rigoroso controle por parte das autoridades locais como consta no Código das Posturas municipais. Este cemitério quando foi construído ficava em um local afastado do centro da cidade, só que com o tempo a cidade foi crescendo e foi envolvendo o cemitério. Na década de 1950, por exemplo, algumas casas já estavam sendo construídas além de seus muros indicando uma cidade em crescimento. Nessa época já existia casas passando dos muros e ali se formava aos poucos o conhecido Bairro de Santa Luzia, popularmente Batatinha. A cidade era desprovida de calçamento, portanto, tinha-se ali chão de terra batida, energia elétrica era outro recurso que os moradores não tinham, a não ser a energia a motor que era um privilégio de poucos. Além dos muros do cemitério tínhamos um indicio de crescimento da cidade só que de forma tímida as casas eram construídas de forma precária, algumas feitas de taipa o que indicava até um risco para as pessoas, pois podiam acontecer alguns acidentes a exemplo de casos de incêndios se por ventura as pessoas não tivessem o devido cuidado com as velas.

A entrevistada Maria Odemia Ferreira da Silva conta

Era muito arriscado quando as casas eram iluminadas por candeeiros, as casas eram pequenas, muitas delas eram baixas e cobertas de palhas, principalmente nas ruas mais afastadas do centro, na rua do cemitério, na rua do leite e outras. O menor descuido e pegava fogo em tudo. Olhe eu tenho uma filha que quando novinha, ela tinha uns dois anos, subiu no tamborete e ficou com a lamparina levantando até que pegou fogo numas coisas e subiu para o telhado. Olha foi uma agonia para a gente poder apagar o fogo, jogava água e olhe que nessa época também não tinha água encanada ainda (entrevista realizada com a senhora no mês de dezembro de 2011).

A cidade em crescimento carecia de outros recursos e equipamentos modernos que viessem a facilitar o viver urbano. Mas enquanto isso não acontecia as pessoas deveriam tentar fazer com que algumas coisas importantes pudessem ser colocadas em pratica para assim facilitar a vida das pessoas. Dessa forma a pratica e os cuidados com relação a morte e o morto era de fundamental importância para que as pessoas comesçassem a pensar de forma diferente.

De acordo com o Código das Posturas Municipais como consta nos artigos abaixo:

- a. Art. 98 – A Prefeitura velará pela boa ordem e higiene dos cemitérios;
- b. Art. 99 – As licenças para construção de carneiros, mausoléu que não versarem sobre arrendamento perpetuo, terá vigência por dez anos;
 - I. § 1º- findo este prazo, poderão ser as licenças renovadas por igual tempo, mediante novo requerimento, regularizado e pago o respectivo imposto;
 - II. § 2º todas as despesas para a legalização dos arrendamentos correrão por conta do interessado e serão pagas de acordo com a lei orçamentária;

Como de fato acontecia e vem acontecendo até hoje. É de responsabilidade da prefeitura colocar a disposição um funcionário para tomar de conta do cemitério, é a figura dos coveiros, homens que já trabalharam a alguns anos atrás sem ter o menor cuidado com a sua própria higiene e segurança no trabalho. Hoje em dia sabemos que existe uma preocupação maior em relação aos cuidados com a higiene e segurança do trabalhador mas mesmo assim ainda não é o suficiente para que o trabalhador tenha mais segurança.

Muita coisa na cidade vinha mudando e nesse sentido estava mudando a forma com que se deveria tratar os mortos, já que há muito tempo não existia mais aquela mentalidade de que as pessoas deveriam ser enterradas nas igrejas como já foi dito, pois desde muito tempo a preocupação com relação a saúde era algo presente, e enterrar mortos nas igrejas seguindo certos preceitos higienistas, era anti-higiênico, o cemitério tornou-se de suma importância para que os mortos da cidade pudessem ter um lugar para ficar longe dos vivos, por isso o cemitério foi construído em um local afastado do centro urbano. Mas os cuidados com o cemitério ainda era muito precários, sem uma estrutura organizada. A falta de organização e cuidados gerava o descaso com o morto que às vezes quando eram trazidos para o cemitério já no final da tarde, muitas vezes só eram enterrados no outro dia porque já era tarde. Dessa forma o morto ficava exposto, isso não era mais permitido.

Em entrevista dona Josefa Deodata afirma isso, pois ela se lembra que uma vez chegaram com um morto no final da tarde e ele só ia ser enterrado no outro dia. Ai aconteceu

o episódio mais interessante de nossa entrevista com dona Josefa, foi quando a mesma relatou que o morto voltou à vida, ou seja, era muito comum enterrarem logo as pessoas que morriam. Deixaram o homem lá o dando por morto, quando na mesma noite ele voltou para casa dizendo à mulher que não tinha morrido. Segundo a Sra. Josefa Deodata era ordem dos médicos enterrarem logo, mas com o tempo e o perigo de acontecer esses casos, passaram a enterrar em 24 horas.

Com o tempo não podiam mais entrar na cidade com os mortos carregados em redes, para isso foi comprado um caixão que ficava no cemitério e toda vez que morria alguém o caixão estava ali para servir a mais um defunto, se por acaso esse morto viesse da zona rural, o caixão ia para qualquer ponta de rua buscar o morto.

No Código das Posturas Municipais em seu Art.40 determinadas situações que pareça inadequadas a postura moderna da cidade, assim como uma forma de fazer valer a força da busca pela higienização das cidades, era preciso ter cuidado com os mortos por conta dos males que eles poderiam causar e se tivesse morrido de alguma doença contagiosa, aí sim era que os cuidados redobravam. Quando algumas pessoas morriam de bexiga e tuberculose, os mesmos chegaram a ser enterrados em lugar ermo, que era para manter a distância, por que as pessoas tinham medo do contágio. Com o tempo, esses mortos passaram a ser enterrados no cemitério, mas o cuidado continuava, depois de enterrados procuravam não mexer mais naquela cova, pois tinham medo da propagação da doença.

Portanto, não era permitido, a partir de 1949, como consta no código: A condução de cadáveres de adultos e mesmo crianças em ataúde aberto; e a entrada do perímetro urbano, de redes com cadáveres. Os cuidados eram redobrados e, nesse caso, realmente as pessoas procuravam seguir tais determinações. Todos os entrevistados afirmam que tais coisas aconteciam realmente e em alguns casos afirmam sim que eles chegavam a esperar na entrada da rua até que o caixão chegasse e o morto fosse colocado nele.

Em todo o país as mudanças no setor da higiene pública eram inevitáveis principalmente nas cidades que procuravam manter o aspecto de cidade nova e moderna, portanto essa pratica de enterrar e conduzir os mortos há muito tempo já haviam mudado em algumas cidades. Em muitas cidades grandes já não se conduziam mais os mortos nas redes, essa prática que aqui ficou mais tempo, resistiu ao tempo, mas chegara à hora de mudar e em

algumas pequenas cidades interioranas, como no caso de Alagoa Nova, começou a surgir as medidas de mudanças com base no que já vinha acontecendo em outros lugares, dessa forma as medidas começam a se fazer presentes mediante leis proibindo tais praticas inadequadas ao viver moderno.

Em Alagoa Nova, conforme relatos de antigos moradores essas proibições começaram a ser seguidas, pois como não mais era mais permitido a entrada de um morto na cidade sendo carregado em rede, para isso, como já foi dito existia o caixão batiqueixo, bate bate ou batiqueiro como o povo costumava chamar, para a condução dos mortos até o cemitério. Nesse caso, as pessoas que não tinham condições de comprar um caixão o utilizavam, o qual, depois de conduzir o morto ao cemitério, era guardado para um novo féretro. O defunto era conduzido no caixão envolto em uma mortalha e transferido 'sem caixão' diretamente para a sepultura. Outros também com melhores condições compravam um pedaço de terra ou faziam um contrato com a prefeitura de acordo com o informado acima como consta no artigo do código, para terem o direito de construir suas catacumbas, para assim enterrarem seus entes queridos.

As praticas mudam, das redes os mortos passaram a serem conduzidos nos caixões, mesmo que não fosse do morto, por que alguns retornavam da beira da cova para a capela do cemitério para servir a outros. A pratica dos caixões ainda permanecem só que muito mais sofisticados e modernos, os mortos passaram a serem conduzidos pelos próprios parentes quando muito tendo a ajuda dos carrinhos. Hoje em dia isso vem mudando pensar na morte é pensar com antecedência, é pensar nos planos que lhes dá toda a garantia de um enterro mais organizado, tendo assim o morto o direito a grinaldas, caixão bonito e como essa é a sua ultima viagem os carros da funerária conduzem os mortos, em muitos enterros nem se ver mais o caixão pois o mesmo agora está nos carros, sem falar que as pessoas acompanham os enterros divididos, uma parte nos carros e outra andando acompanhando o cortejo.

Dessa forma percebemos que foram muitos aspectos necessários a passar por mudanças em uma cidade para que a mesma pudesse se parecer ao menos em alguns aspectos com uma cidade moderna. Desde a implantação de luz elétrica, a calçamento de ruas, a compra de difusoras, de mudanças no aspecto arquitetônico das cidades, nos cuidados com a saúde, higiene, assim como os cuidados com a morte e o morto que são extremamente

necessários a proporcionar um melhor aspecto da cidade que precisa diante dos anseios das autoridades de plantão mudar em todos esses sentidos para se proporcionar uma vida melhor aos moradores da mesma.

Concluimos este artigo mostrando que as mudanças são necessárias para que se possa viver melhor. As mudanças que muitas vezes geram a insatisfação e o constrangimento por parte de alguns deve ser necessário para que as pessoas compreendam que o mundo não para e a cada época as cidades tem que se remodelar e se organizar e dessa forma atender as normas que são postas em pratica para o desenvolvimento e crescimento do espaço citadino em todos os aspectos da vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

_____. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: vozes, 1994 (I parte).

CHALHOUB, Sidney. “**Variola, vacina, ‘vacinophobia’**”.In. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

Código das Posturas Municipais – Alagoa Nova – PB - 1949.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**/ Alain Corbin: Tradução Ligia Watanabe. – São Paulo: companhia das letras, 1987.

DEODATA, Josefa. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

FEBVRE, L. **Combats pour l’histoire**. Paris: Armand Colin, 1953.

LORIGA, Sabina. **A tarefa d historiador**. In: GOMES, Angela de Castro, SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas autobiográficas** organizadores. – Rio de janeiro: Editora FGV, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres, **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

PROST, Antoine. Doze Lições sobre história / Antoine Prost; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

RICOUER, Paul. **“Prelúdio”, “Fase documental: a memória arquivada”, A representação historiadora**”, In: RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, trad.: Alain François, Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALES, José Borges de. **Alagoa Nova: Notícias para a sua história**. Fortaleza – CE: Gráfica Editora R. Esteves TipogressoLtda, 1990.

SILVA, Maria Odemia Ferreira da. . Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

VERENA, Alberti. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 236p.